UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUIZ HENRIQUE IGNACIO CORREIA DE OLIVEIRA
ROSÂNGELA GOMES FIGUEIREDO

COMPORTAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS GASTOS PÚBLICOS EM PERÍODOS DE CRISE E PROSPERIDADE ECONÔMICA NOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

MACEIÓ
2020

LUIZ HENRIQUE IGNACIO CORREIA DE OLIVEIRA
ROSÂNGELA GOMES FIGUEIREDO

COMPORTAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS GASTOS PÚBLICOS EM PERÍODOS DE CRISE E PROSPERIDADE ECONÔMICA NOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas como um dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Valdemir da Silva

MACEIÓ
2020

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Valter dos Santos Andrade – CRB4-1251

O48i Oliveira, Luiz Henrique Ignacio Correia de.
Comportamento da execução orçamentária dos gastos públicos em Períodos de crise e prosperidade econômica nos Estados e Distrito Federal / Luiz Henrique Ignacio Correia de Oliveira, Rosângela Gomes Figueiredo – 2020.
48 f. : il.

Orientador: Valdemir da Silva.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 45-48.

1. Execução orçamentária. 2. Gasto público. 3. Despesa pública - Política governamental. 4. Contabilidade pública. I. Figueiredo, Rosângela Gomes. II. Título.

CDU: 657:336.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇAO E CONTABILIDADE

DECLARO para os fins que se fizerem necessários que os alunos **Luiz Henrique Ignacio Correia de Oliveira** e **Rosangela Gomes Figueiredo**, matriculados no curso de Ciências Contábeis com os números de matrícula 16111056 e 16112130, respectivamente, concluíram com aprovação o TCC (Trabalho de Conclusão do Curso) com o título "**Comportamento da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos em períodos de crise e prosperidade econômica nos Estados e Distrito Federal.**" e obtiveram nota 9,83 (nove inteiros e oitenta e três centésimos).

Maceió - AL, 07 de junho de 2021.

gov.br Documento assinado digitalmente
Valdemir da Silva
Data: 07/06/2021 09:18:33-0300
CPF: 677.154.194-00

Valdemir da Silva

Coordenador do Curso

LUIZ HENRIQUE IGNACIO CORREIA DE OLIVEIRA

ROSÂNGELA GOMES FIGUEIREDO

COMPORTAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS GASTOS PÚBLICOS EM PERÍODOS DE CRISE E PROSPERIDADE ECONÔMICA NOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas como um dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em: __ /__ /____

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
Valdemir da Silva
Data: 07/06/2021 09:22:31-0300
CPF: 677.154.194-00

Prof. Valdemir da Silva
Orientador

Profª. Ma Andreza Cristiane Silva de Lima
Membro examinador

Prof. Dr. Rodrigo Gameiro Guimarães
Membro examinador

DEDICATÓRIAS

Dedicamos este trabalho ao professor

Valdemir da Silva,

pela sua maestria e otimismo em ensinar.

A você, o nosso muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Desde o princípio até a reta final da graduação foram muitas batalhas, desde a dificuldade da mudança abrupta de ambiente até a difícil rotina de estudos que foram divididas com rotinas de trabalho, que por sua vez nos permitiu colocar em pratica todo o conhecimento de sala de aula. Foram trocas pertinentes que contribuíram para construir os profissionais que estamos nos tornando. Com isso, somos gratos a universidade por nos proporcionar essa troca de valores e tornar nosso currículo um diferencial, oferecendo um ensino público de qualidade e de reconhecimento empresarial.

Gostaria de agradecer primeiramente a toda a minha família, sempre torceram por mim e vibraram com as minhas conquistas. Aos meus pais, Henrique e Cynele, que são meu maior exemplo de vida, por sempre estarem comigo me apoiando de todas as formas possíveis, por me levantarem quando eu caio e sempre continuarem me incentivando e acreditando no meu potencial quando nem eu mais acreditava e me fazerem enxergar que sou competente e preparado, eu jamais esquecerei tudo o que fizeram para me ajudar. Aos meus avós, minha avó Dore que esteve comigo boa parte da graduação fazendo tudo que estava ao seu alcance para garantir meu bem estar para que eu a concluísse com êxito, ao meu avô Lindinalvo que nunca duvidou de quão longe eu poderia chegar e sempre me cativou, a minha avó Marinete que sempre me deu os conselhos que eu precisava ouvir.

A minha esposa Kamila Monique que não me deixou desistir e me tranquilizou durante a reta final da graduação, por ter deixado o fim dessa fase mais leve e ter me mostrado que tudo daria certo, por acreditar no meu potencial, na minha habilidade e no meu talento, por me ajudar em inúmeras situações, por me acompanhar nas minhas noites de estudo só para me fazer companhia, por acalmar meu coração nas horas mais difíceis. A minha filha Maria Cecília que amo tanto e que serviu como o principal motivo para concluir todo esse processo, me deu forças e uma garra inexplicável para continuar, sentimento que só quando se é pai consegue enxergar, e me trouxe uma leveza enorme para a vida.

Aos meus tios e tias, especialmente minha tia e madrinha Lidyane que me mostrou que sou hábil e capacitado.

Aos meus amigos que estiveram comigo antes, durante e depois dessa graduação, Nayane, Iasmin, Júlio e Agailton, e trouxeram uma dose de leveza para essa etapa tão turbulenta além de me lembrar o quão sou eficiente.
Aos professores e colegas de graduação que me agregaram o conhecimento necessário para todo esse trabalho, meu muito obrigado.
(Luiz Henrique Ignacio Correia de Oliveira)

À Deus pela vida. Aos meus pais, José e Aparecida, pelo amor incondicional e que mesmo distantes, me deram a força diária e o suporte necessário para realizar mais uma etapa dos meus objetivos.
Aos meus irmãos pela parceria e união de sempre, principalmente a minha irmã Cecília, pela sua singeleza em me encorajar todos os dias na conclusão deste trabalho e torcer incansavelmente pelas minhas conquistas.
Agradeço também ao meu noivo Cristhian Lucas pelo incentivo diário nos meus estudos e crescimento pessoal e profissional.
Aos meus colegas e amigos que de longe ou de perto sempre me apoiam nas escolhas de vida e me ouvem nos momentos de angústias.
Ao professor Valdemir, que aceitou o destino e acreditou em mim como pessoa e como aluna. Agradeço pela sua exímia dedicação ao ensinar, mas principalmente pela sua preocupação com o nosso aprendizado. Pela sua humildade e perseverança como professor e como pessoa. Pela sua admirável paciência seu entusiasmo diário. Já dizia Cora Coralina: “Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”. A você, o meu muito obrigada.
(Rosângela Gomes Figueiredo)

RESUMO

As sucessivas discussões sobre Orçamento Público ampliam o interesse em compreender o seu percurso e a sua aplicação no Brasil. Dessa forma, o objetivo deste estudo é investigar o comportamento da execução orçamentária em períodos de crise e prosperidade econômica nos estados brasileiros e no Distrito Federal. Para alcançar os resultados, a pesquisa é considerada quanto aos seus objetivos, como descritiva; quanto aos procedimentos, documental e quanto a abordagem, mista. Os dados foram coletados na plataforma do SICONFI, referente ao período de 2010 a 2018 e a população da pesquisa é composta pelos 26 estados e o Distrito Federal. Foram utilizados os indicadores de execução dos gastos categorizados economicamente (corrente e de capital) e dos grupos de natureza dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. Os resultados mostraram que, entre 2010 e 2018, os gastos correntes foram mais executados, motivados, principalmente, por causa dos gastos com pessoal e encargos sociais, que se elevaram nos dois cenários econômicos analisados (prosperidade e recessão); já os gastos de capital mostraram participação pouco significativa na composição dos gastos orçamentários, diminuindo linearmente seu impacto no período de recessão econômica do país, considerado entre 2014 e 2018. Consequentemente, as revelações trazidas neste estudo contribui e reforça a necessidade de compreender a dinâmica da aplicação dos recursos arrecadados pelo governo, bem como os respectivos direcionamentos da execução desses nas políticas públicas de saúde, educação, segurança, entre outras, consideradas essenciais à população.

Palavras-chave: Execução Orçamentária. Gasto Público. Categoria Econômica.

ABSTRACT

The successive discussions on Public Budget increase the interest in understanding its path and its application in Brazil. Thus, the objective of this study is to investigate the behavior of budgetary execution in periods of crisis and economic prosperity in Brazilian states and the Federal District. To achieve the results, the research is considered as to its objectives, as descriptive; as for the procedures, documentary and as for the approach, mixed. The data were collected on the SICONFI platform, referring to the period from 2010 to 2018 and the research population is composed of 26 states and the Federal District. The indicators for the execution of the expenditures categorized economically (current and capital) and the groups of nature of the expenses with Personnel and Social Charges, Interest and Debt Charges, Other Current Expenses, Investments, Financial Investments and Debt Amortization were used. The results showed that between 2010 and 2018, current expenditures were more executed, motivated, mainly, due to personnel expenses and social charges, which increased in the two economic scenarios analyzed (prosperity and recession); capital expenditures, on the other hand, showed little participation in the composition of budgetary expenditures, linearly decreasing their impact during the country's economic recession period, considered between 2014 and 2018. Consequently, the revelations brought up in this study contribute and reinforce the need to understand the dynamics of the application of the resources collected by the government, as well as the respective directions for the implementation of these in public health, education, security policies, among others, considered essential to the population.

Keywords: Budget Execution. Public Spending. Economic Category.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **14**

1.1 Contextualização e Problemática 14

1.2 Objetivo 15

1.2.1 Objetivo Geral 16

1.2.2 Objetivos Específicos 16

1.3 Justificativa e Contribuição 16

1.4 Estrutura da Pesquisa 17

2 REVISÃO DE LITERATURA **18**

2.1 Gastos Públicos 18

2.1.1 Definições e Contexto Econômico dos Gastos Públicos 18

2.1.2 Natureza do Gasto Público 21

2.1.4 Grupos de Natureza da Despesa 23

2.2 Estudos Anteriores 26

3 METODOLOGIA DA PESQUISA **29**

3.1 Enquadramento Metodológico 29

3.2 Universo da Pesquisa 30

3.3 Coleta e Tratamento dos Dados 31

3.4 Indicadores de Execução dos Grupos de Gastos Públicos 33

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS **34**

4.1 Evolução da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos das Unidades Federativas 34

4.2 Estrutura da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos nos estados e no distrito federal. 36

4.3 Análise do comportamento dos Indicadores de Execução Orçamentária dos Gastos Públicos nas Unidades Federativas. 39

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS **43**

REFERÊNCIAS **45**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas da Pesquisa 26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição dos Grupos de Natureza da Despesa categorizados economicamente. 26

Quadro 2 - Estudos Anteriores 26

Quadro 3 - Entes de Compõem o Universo da Pesquisa 31

Quadro 4 - Classificação dos Gastos Públicos por Categoria Econômica e por Grupo de Natureza. 32

Quadro 5 - Indicadores de Execução dos Gastos Públicos por Grupo de Natureza. 33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução Anual dos Gastos Públicos das Unidades Federativas 35
Tabela 2 - Evolução Encadeada dos Gastos Públicos das Unidades Federativas 36
Tabela 3 - Estrutura da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos Corrente e de Capital das UFs entre 2010 a 2018 37
Tabela 4 - Estrutura da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos das UFs... 39
Tabela 5 - Execução dos Gastos com Pessoal e Encargos Sociais (GPES) das UFs 40
Tabela 6 - Execução dos Gastos com Juros e Encargos da Dívida (JED)..... 40
Tabela 7 - Execução dos Gastos com Outras Despesas Correntes (ODC) 41
Tabela 8 - Execução dos Gastos com Investimentos (INVEST) 418
Tabela 9 - Execução dos Gastos com Inversões Financeiras (INVFIN)..... 42
Tabela 10 - Execução dos Gastos com Amortização da Dívida (AMORTDIV)..... 42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMORTD	Amortização da Dívida
FINBRA	Finanças do Brasil
GND	Grupos de Natureza da Despesa
GPES	Gastos com Pessoal e Encargos Sociais
INVEST	Investimentos
INVFIN	Inversões Financeiras
JED	Juros e Encargos da Dívida
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MTO	Manual Técnico Orçamentário
NME	Nova Matriz Econômica
ODC	Outras Despesas Correntes
ONU	Organização das Nações Unidas
RREO	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UF	Unidade Federativa

1 INTRODUÇÃO

Esta seção introdutória mostrará a contextualização e a problemática. Em seguida, contemplar-se-ão os objetivos gerais e específicos, a justificativa e, por fim, a organização dessa pesquisa.

1.1 Contextualização e Problemática

A evolução dos gastos públicos desencadeou um processo de amadurecimento da gestão pública brasileira na qual o conjunto de legislações criadas submeteu a mesma a gerar informações cada vez mais transparentes, em um nível elevado de detalhamento, (GOMES, 1999).

O planejamento, a execução e o controle do orçamento são processos orientados por regras que regulam a captação e o gasto do dinheiro público (SCHICK, 2003). Além disso, no contexto das Unidades Federativas (UFs) brasileiras, essas regras são simétricas e necessárias, porém arbitrárias, aplicando-se uma vez ao longo de um exercício, frequentemente associadas a algum alvo numérico estabelecido no cenário de intenções abstratas.

Nesse contexto, o planejamento orçamentário, para arrecadação de receitas e realização dos gastos públicos, deverá estar alinhado (POTERBA, 1995). Se a realização da receita difere das expectativas durante o exercício fiscal em que o orçamento é executado, os gastos públicos realizados deverão está no patamar de execução igual ou, preferencialmente, inferior (HOU; SMITH, 2006).

Não se desvencilhando do cenário brasileiro, a literatura sobre finanças públicas, seja nacional ou internacional (RUBIN, 2005; SCHUNK; WOODWARD, 2005; HOU; SMITH, 2006), converge quando o assunto é o equilíbrio das contas públicas, trazendo respostas ao balanceamento das contas públicas do governo: aumento de receitas e/ou diminuição de gastos.

Esses fluxos de que os estados necessitam para ofertar à população serviços de saúde, educação, segurança, infraestrutura, entre outros, encontram-se num descompasso entre as demandas sociais e a capacidade fiscal do governo (HOLANDA, 1993).

O esgotamento da liquidez fiscal tem-se tornado uma constante nas unidades federativas brasileiras, tanto nos entes em desenvolvimento, como nos

desenvolvidos. Esse problema emerge de as receitas dependerem de uma base tributária que, além de pequena, é instável e sensível às flutuações da conjuntura econômica, enquanto que os gastos públicos são rígidos, uma vez que são destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais e outras ações nas áreas sociais.

Considerando as contas dos 26 estados e do Distrito Federal nos exercícios de 2015 a 2017, a arrecadação cresceu em termos nominais, mas quando se leva em conta a inflação, o aumento real foi pequeno, 0,40%, visto que as receitas ingressadas nos cofres estaduais somaram R$ 752 bilhões em 2015 e R$ 742 bilhões em 2016 (em valores atualizados) contra R$ 755 bilhões em 2017 (CASTRO; ALMEIDA, 2018)

Caram (2019) afirma que se, por um lado, as receitas cresceram pouco - mesmo com aumento de tributos, por outro, os gastos públicos também evoluíram acima da inflação, uma vez que, entre os exercícios de 2015 e 2017, elevaram principalmente os gastos com funcionalismo (gastos com pessoal e encargos sociais) e manutenção dos serviços públicos (STN, 2018).

Apesar dos esforços dos gestores públicos para aumentar a arrecadação e contingenciar os gastos públicos, o fato é que, neste cenário econômico perverso, além das receitas reais desacelerarem desde 2010, os gastos operacionais obrigatórios dos 26 estados e Distrito Federal, notadamente aqueles referentes aos gastos com pessoal e encargos sociais e manutenção dos serviços públicos vêm crescendo acima da inflação (CARAM, 2019).

O resultado desse comportamento adverso são as dificuldades de honrar compromissos e atrasar pagamento de servidores (CASTRO; ALMEIDA, 2018).
Com base nos argumentos e pontos apresentados, a seguinte pergunta orienta esta pesquisa: **como se comportou a Execução Orçamentária dos Gastos Públicos em Períodos de Crise e Prosperidade Econômica nos Estados Brasileiros e Distrito Federal entre os anos de 2010 a 2018?**

1.2 Objetivo

Buscando investigar uma resposta para o problema proposto, estabelecem-se nesta seção os objetivos geral e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é identificar o comportamento da execução orçamentária em períodos de crise e prosperidade econômica nos estados brasileiros e no Distrito Federal.

1.2.2 Objetivos Específicos

Em um enfoque mais aprofundado, pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Descrever a performance dos indicadores de execução dos gastos públicos categorizados economicamente e por grupo de natureza de despesa antes da crise; e
- Demonstrar por meio das categorias econômicas e dos grupos de natureza, o comportamento da execução orçamentária dos indicadores dos gastos públicos durante os períodos de prosperidade e crise econômica.
- Comparar o desempenho da execução dos gastos públicos antes e depois da crise.

1.3 Justificativa e Contribuição

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) desenvolveu novos compromissos para os gestores públicos no que diz respeito ao Planejamento Orçamentário dos entes federativos, modernizando restrições na legislação brasileira, principalmente em relação aos limites de gastos com pessoal, proibição de criar despesas de duração continuada sem fonte segura de receitas, bem como a imposição de outras disciplinas fiscais (CARVALHO, 2014).

Notadamente, o constante debate sobre os gastos públicos no Brasil viabiliza o interesse em compreender como a sociedade se beneficia dos recursos geridos pelos governos e onde está a maior concentração destes em relação ao seu total. É por meio da aplicação dos recursos públicos que se identifica o objetivo principal do gestor em relação às necessidades da população.

Tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade brasileira demandam por elaborações de estudos que esclareçam as informações sobre a equalização ou a centralização dos gastos públicos no intuito de compreender os direcionamentos destes. Sendo assim, este estudo torna-se relevante, pois traz essa proposta, tendo como amostra as aplicações dos gastos públicos nos 26 estados e no Distrito Federal.

A difusão desta pesquisa torna-se pertinente porque seus dados revelam a configuração das aplicações dos gastos públicos, durante os anos de 2010 a 2018, sendo, portanto, fulcral a elaboração deste estudo busca interpretar e analisar dados relativos a execução dos gastos públicos executados pelos entes federativos, contribuindo, desse modo, para o público acadêmico, profissionais da área de finanças públicas, além da sociedade em geral, informações que mostram a dinâmica da execução orçamentária das dotações por categoria econômica e por grupos de natureza.

1.4 Estrutura da Pesquisa

A estrutura deste estudo está organizada em cinco seções, iniciando com esta introdução que apresenta a contextualização, a problemática, a justificativa e a organização da pesquisa. Na seção dois, será apresentado o referencial teórico, evidenciando os enfoques econômicos e a natureza dos gastos públicos, bem como os estudos anteriores. A seção três detalhará a metodologia utilizada na elaboração do estudo. Já a seção quatro apresentará a análise dos dados e resultados, seguida da seção cinco que apresentará as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O propósito da construção do referencial teórico é ser uma revisão de conceitos importantes que delimitam e auxiliam na explanação do objetivo do estudo, além de exercer a função de apresentar o panorama de outras pesquisas realizadas sobre o tema.

Assim sendo, nesta seção, primeiramente, serão abordados os conceitos, contextos e os enfoque econômicos dos gastos públicos, os grupos de natureza a que esses pertence, bem como pesquisas, anteriores e correlatas, apresentadas anteriormente.

2.1 Gastos Públicos

Ao longo dos anos, as discussões sobre o orçamento público brasileiro têm ganhado cada vez mais espaço na sociedade. Simultaneamente, são criadas leis e outros dispositivos legais que desenham a trajetória dos recursos públicos brasileiros, de forma que cumpram com a sua finalidade precípua que é o bem comum (DANTAS et al., 2014).

Assim, a maneira como as entidades públicas utilizam os gastos (ou despesas) públicos é fruto de questionamentos entre os cidadãos, uma vez que há uma notória insatisfação na gestão destes dispêndios (MEDEIROS, 2007).

Nessa perspectiva, a execução orçamentária será apresentada, identificando o comportamento dos gastos sob o enfoque da natureza da despesa, iniciando-se com as definições e o contexto econômico dos gastos públicos: discussão tratada a seguir.

2.1.1 Definições e Contexto Econômico dos Gastos Públicos

A partir do século XX, a presença do Estado na economia e consequentemente no controle do Brasil tem se ampliado cada vez mais em razão da busca pela aceleração da industrialização no país, bem como sob os efeitos das crises econômicas internacionais que demandaram o aumento ou mesmo a diminuição dos gastos públicos pelos governos atuantes (GIACOMONI, 2019).

Nessa conjuntura, o aumento dos gastos públicos e a insuficiência de recursos para suprir as necessidades da população foram determinantes para que tanto os gestores da administração pública como a própria sociedade começassem a se preocupar com a situação financeira dos entes públicos, no intuito de conferir se as ações de governo estariam sendo implementadas de acordo com os limites previstos em lei e com o planejamento autorizado legislativamente (PEREIRA; JACINTO, 2016).

Para Abrúcio e Loureiro (2004), a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF criada no ano de 2000, veio como um instrumento de coadunação entre as legislações financeiras já postas, instituindo limites e responsabilidades para os gestores públicos das três esferas governamentais, no intuito de cumprir as metas estabelecidas e viabilizar o equilíbrio fiscal do País.

Essa lei estabelece que a gestão fiscal responsável tenha a ação planejada e transparente, devendo prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas a partir dos seus quatro eixos norteadores do planejamento, da transparência, do controle e da responsabilidade (BRASIL, 2000)

Assim, para que o Estado cumpra com seu propósito de fornecer bens e serviços públicos para a população, deverá seguir as orientações fiscais com a finalidade de equilibrar o país através da previsão de receitas e da fixação das despesas, devendo estes fluxos orçamentários, no planejamento e na execução, serem categorizadas economicamente em Despesas Corrente e Despesas de Capital (PRUDLIK, 2016).

Ao mesmo tempo, Neduziak e Correia (2017, p. 02), enfatizam que “os gastos do governo têm aumentado significativamente ao longo do tempo e estão longe de serem facilmente compreendidos”. Nesse âmbito, Fernandes (2018), afirma que a categoria de gastos correntes comporta a maioria das despesas dos estados brasileiros, sendo os gastos com pessoal e encargos sociais o grupo de natureza predominante, cujos aumentos com pessoal e encargos sociais majoraram tanto os gastos desta área quanto os da área de previdência.

No cenário econômico, após a crise internacional de 2008/2009 o crescimento do Brasil diminuiu significativamente em relação aos anos anteriores, comparado também a outros países latino americanos no mesmo período (FILHO, 2017). Com isso, nos anos de 2011 e 2012, o País adotou a chamada Nova Matriz Econômica (MNE), a qual estabeleceu políticas de forte intervenção governamental

na economia que uniram a política monetária com a redução da taxa de juros e política fiscal com dirigismo no investimento, elevação de gastos, concessões de subsídios e intervenção em preços (FILHO, 2017).

Esse panorama brasileiro seguiu até que, entre os anos de 2014 à 2017, a economia brasileira viesse a apresentar uma nova recessão, originando-se no que Filho, (2017, p. 8), chama de “uma série de choques de oferta e demanda, na maior parte ocasionados por erros de políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado”.

O conceito de caráter econômico dos gastos públicos se diferencia substancialmente da definição contábil de despesa empregada no setor privado que, que segundo Martins (2010), considera como tal, somente os bens e serviços consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas.

Todavia, no setor público, considera-se despesa todo pagamento efetuado a qualquer título pelos agentes pagadores (ANGELICO, 2009). Essa definição de despesa pública está mais coadunada com a definição de gasto, o qual e conceituado por Martins (2010) como sendo “o sacrifício financeiro que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente “dinheiro”). Dessa forma, para a contabilidade Governamental, não há diferença entre as terminologias, pois despesa pública é sinônimo de gasto público.

Nesse contexto, de acordo com Gomes (2015), os gastos públicos vão além da fase de desembolso dos recursos públicos na qual servem como instrumento de uma política pública; eles se inserem num processo amplo que se inicia com a identificação de um problema de interesse público e conclui com a execução de ações que busquem suprimir as causas críticas ou, pelo menos, mitigar os efeitos do problema identificado.

Gasto público significa o desembolso realizado por entes estatais, autorizado por leis ou outros instrumentos, visando atender os interesses da sociedade (BAQUERO; ROCHA; ÓRTEGA, 2006). Nessa perspectiva, os gastos públicos se constituem como instrumentos de desenvolvimento econômico de um país, na medida em que propiciem a criação de bens públicos, a implantação de políticas de transferência de renda que contribuam para diminuir a concentração de riqueza, ou através de ações que possibilitem amenizar os impactos causados pelas falhas de mercado (BUENO; OLIANA; BORINELLI, 2013).

Por outro lado, Carvalho (2014, p.380), afirma que Despesa é “quaisquer desembolsos financeiros, independentemente de modificarem de forma negativa o patrimônio líquido”. Nesse sentido, o autor explica que Despesa Orçamentária pública é o conjunto de dispêndios executados por entidade pública e que depende de autorização legislativa para sua realização, por meio da Lei Orçamentária Anual - LOA ou de Créditos Adicionais, utilizados para custear os serviços públicos prestados a sociedade ou para realizar investimentos (CARVALHO, 2014).

Nesse contexto, Teixeira (2013) explica que Despesa Pública é uma quantia aplicada, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público, através de uma autorização legislativa, para execução no funcionamento dos serviços públicos. Tal qual, para Darosi e Borget (2014, p. 01), despesa pública constitui “o montante financeiro que a administração pública direta e indireta demanda gastar, a fim de garantir suas atividades”.

Conforme Divino e Silva Júnior (2012), o Governo pode alocar seus recursos em gastos correntes (despesas com saúde, educação, segurança pública) ou de capital (despesas com infraestrutura, transporte e comunicação). Destarte, os autores afirmam que o Governo tem como pressuposto a satisfação das necessidades presentes e futuras da sociedade, através da oferta de bens e serviços, respeitando a restrição orçamentária existente e escolher uma composição uniforme entre gastos correntes e de capital para otimizar os impactos da política fiscal (DIVINO; SILVA JUNIOR, 2012).

Após discutir a definição de gasto e despesa pública, bem como o contexto econômico, a seguir será apresentada a seção que trata da Natureza dos Gastos Públicos.

2.1.2 Natureza do Gasto Público

A classificação da despesa pública passou por algumas transformações que aprimoraram a sua disposição. Nessa perspectiva evolutiva, emergiram por meio de normas legais e infra legais diversas classificações: Econômica, funcional, institucional, por esfera, entre outras. Contudo, durante muito tempo, a organização e estrutura do orçamento público brasileiro foram embasadas pelas orientações da ONU que dividiam as despesas pelas classificações econômica e funcional (GIACOMONI, 2019).

A partir de 1964, a lei de nº 4.320/64 introduziu a classificação da despesa segundo a natureza como a que hoje conhecemos por Categoria de Despesas Correntes e Despesas de Capital (GIACOMONI, 2019). Todavia, o autor menciona que por volta dos 1990 essa lei sofreu alterações, e somente em 2002 com a introdução da Portaria Interministerial nº 163/2001, a referida classificação passou a ser constituída por Categorias Econômicas, Grupos de Natureza de Despesa e Elementos de Despesa.

Acerca dessa classificação, a referida Portaria introduziu também a Modalidade de Aplicação, informação gerencial que tem por objetivo identificar e diferenciar a aplicação dos recursos dos órgãos ou entidades no âmbito das três esferas governamentais, possibilitando a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados (GIACOMONI, 2019).

Considerando contexto técnico, normativo e de multiclassificação dos gastos no setor público, discute-se a seguir a classificação orçamentária sob o enfoque econômico.

2.1.3 Enfoque econômico dos gastos públicos

A Categoria econômica revela os efeitos que os gastos públicos possuem sobre a macroeconomia (GIACOMONI, 2019), sendo utilizada para mensurar cálculos do PIB quanto à variação de exportação e importação do país.

Considerando esse preâmbulo, Conti (2010) aduz que a opção legal de separar os gastos orçamentários realizados pelo governo em despesas corrente e despesas de capital não é aleatória, uma vez que a distinção ocorre pelas consequências produzidas. Esta acepção é reforçada por Carvalho (2014) ao manifestar que a classificação econômica indica efeito econômico da realização da despesa, evidenciando como os gastos foram realizados, de que forma o governo realizou os investimentos, a maneira como o pagamento de pessoal está ocorrendo, dentre outras identificações.

Nessa conjuntura, a classificação econômica dos gastos públicos busca proporcionar ao governo informações que, além de úteis, podem conduzir decisões sobre as políticas públicas, afetando, sobretudo, a composição do nível de atividade econômica (BURKHEAD, 1971).

Destarte, as despesas correntes representam para o setor público os gastos públicos necessários à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos, não contribuindo, direta e indiretamente, para a formação ou aquisição de bens de capital (GIACOMONI, 2019).

Em contrapartida, Zuccolotto, Ribeiro e Abrantes (2008) afirmam que as despesas de capital motivam a realização de gastos públicos que contribuem para a formação de um bem de capital ou representam acréscimos de valor a um bem já existente como investimentos, inversões financeiras ou amortização de dívidas. Por conseguinte, as despesas de capital são aquelas que, no geral, não provocam decréscimo no Patrimônio Público, mas uma variação patrimonial, resultado da troca de elementos patrimoniais (CARVALHO, 2014).

Dada a importância do estudo da categoria econômica dos gastos públicos, estuda-se na seção seguinte os Grupos de Natureza da Despesa.

2.1.4 Grupos de Natureza da Despesa

Com intuito de atualizar a estrutura da despesa orçamentária prevista na Lei 4.320/64, a Portaria Interministerial nº 163/2001 trouxe a classificação da despesa segundo a natureza composta por níveis de desdobramentos; são eles: a Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa, a Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e Desdobramentos do Elemento de Despesa (BEZERRA FILHO, 2013).

Nessa perspectiva, a referida Portaria atualizou essa composição e inseriu os Grupos de Natureza da Despesa (GND) nas duas categorias econômicas Corrente e de Capital (GIACOMONI, 2019). Para ele, a Portaria trouxe uma mudança significativa no âmbito dos Grupos de Natureza da Despesa, proporcionando um maior nível de detalhamento dos elementos de despesa e, consequentemente, uma maior precisão na organização das contas públicas.

Os gastos públicos correntes e de capital são segregados em grupos de natureza: Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes; Investimentos; Inversões Financeiras; e Amortização da Dívida (BRASIL, 2018). Esse critério de organização intermediário entre as categorias econômicas visa agregar elementos de despesa que apresentam as mesmas características quanto ao objeto de gasto (CONTI, 2010).

Desse modo, verifica-se que os GNDs revelam em qual classe de gasto será realizada a despesa, conforme revela o Quadro 1.

Quadro 1 – Descrição dos Grupos de Natureza da Despesa categorizados economicamente.

Categoria Econômica	Grupo de Natureza	Descrição das Despesas
Gastos Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.
	Juros e Encargos da Dívida	Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
	Outras Despesas Correntes	Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.
Gastos de Capital	Investimentos	Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
	Inversões financeiras	Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.
	Amortização da Dívida	Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Fonte: Portaria 163/2001

Nesse cenário, o primeiro grupo permite identificar e alocar os gastos relacionados a pessoal e encargos sociais, observando os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal de 2001, que visa controlar a geração de despesas públicas (QUEIROZ, 2015).

Ademais, Giacomoni (2019) questiona que tanto a Portaria 163/2001 quanto a Lei 4.320/1964 cometem equívocos ao considerar os gastos referentes a pessoal e encargos sociais apenas como Despesas Correntes. Para ele, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais é considerada mão de obra direta, necessária tanto

para a produção de um bem ou serviço corrente como também para de um bem de capital, podendo gerar, assim um possível desarranjo na alocação dos gastos públicos desse grupo.

Entretanto, essa observação do autor não é possível porque a própria legislação determina que os gastos com Pessoal sejam considerados despesas correntes, independentemente de contribuir para produção de um bem de capital ou de um serviço.

O grupo de Juros e Encargos da Dívida busca identificar informações a respeito da dívida pública contraída pelo Brasil, bem como a gestão dessa dívida em função do desenvolvimento do País (STN, 2019), dispondo também, de informações sobre as despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas (MTO, 2019).

Outras Despesas Correntes, compreendem um grande leque, o guarda-chuva de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais Grupos de Natureza de Despesa (GIACOMONI, 2019).

O grupo de Investimentos são as aplicações orçamentárias feitas pelo governo, para aquisição de bens e imóveis públicos que sejam necessários para a sua continuidade, sendo então, as despesas orçamentárias aplicadas no desenvolvimento da parte lógica, e as despesas com planejamento e a execução de obras, incluindo a aquisição de imóveis necessários à realização destas últimas, com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente (CARVALHO, 2014)

Em relação às Inversões financeiras, Giacomoni (2019, p.167), define-as como: “uma subcategoria econômica, de caráter híbrido em face da variedade de despesas abarcadas”.

As Inversões financeiras são as despesas orçamentárias contraídas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo (CARVALHO, 2014).

O último grupo das despesas de capital, Amortização da Dívida, é descrito por Carvalho (2014) como sendo aquelas advindas do pagamento e/ou

refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Após as discussões, na seção seguinte, serão apresentados alguns estudos anteriores semelhantes ao assunto desta pesquisa.

2.2 Estudos Anteriores

O Quadro 2 presenta os estudos anteriores que trataram dos gastos públicos no Brasil. Alguns deles foram realizados com estados e outros em municípios e ambos têm como propósito geral mostrar quais os gastos que os entes mais realizam dentro da categoria econômica corrente e capital. Nesta perspectiva de investigar o comportamento da execução orçamentária dos estados, observam-se os estudos nacionais de Prudlik (2016), Neduziak e Correia (2015), Rocha e Giuberti (2007), Zuccolotto, Ribeiro e Abrantes (2008) e internacionais de Onifade et al (2020) e Becerra e Forero (2020) .

Quadro 2 - Estudos Anteriores Sobre Gastos Públicos

Autor (es) (ano)	Objetivo	Amostra	Resultado
Prudlik (2016)	Determinar se a limitação sobre gastos com pessoal em contrapartida a não imposição de restrições nos gastos com investimento, feita pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), cessou a ocorrência de ciclos político- econômicos nas unidades federativas do Brasil.	A amostra da pesquisa corresponde aos 26 estados e Distrito Federal.	Evidências de ciclos político-econômicos em praticamente todas as unidades federativas em grande parte dos anos analisados. A falta de restrições em um gasto representativo como investimento torna o ambiente econômico favorável aos políticos oportunistas.
Neduziak e Correia (2015)	Analisar os efeitos da composição do gasto público sobre a taxa de crescimento das unidades federativas brasileiras, no período de 1995-/2011.	A amostra foi representada pelos 26 estados e Distrito Federal.	Impacto positivo da introdução de regras, por meio da LRF. Tal resultado pode significar que, antes da introdução de uma restrição orçamentária do governo, os entes federativos gastavam além do que seria considerado como necessário para a sociedade.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Quadro 2 - Estudos Anteriores Sobre Gastos Públicos (Continução)

Autor (es) (ano)	Objetivo	Amostra	Resultado
Rocha e Giuberti (2007)	Determinar que componentes do gasto público influenciaram o crescimento econômico dos Estados brasileiros durante o período 1986-2003.	A amostra da pesquisa foi composta pelos 26 estados e Distrito Federal.	Os gastos de capital aparecem como produtivos, ou seja, estimulam o crescimento econômico, enquanto que os gastos correntes são produtivos até um limite de 61% da despesa orçamentária. Os gastos com transporte e comunicação, educação e defesa também contribuem para o crescimento dos Estados.
Zuccolotto, Ribeiro e Abrantes (2008)	Avaliar o planejamento municipal através das características do comportamento das finanças públicas das capitais dos estados brasileiros de acordo com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.	A amostra do estudo foi composta pelas 26 Capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal.	Observaram-se o aumento expressivo da despesa com pessoal, o crescimento pouco significativo da dívida consolidada com relação à receita corrente líquida e a redução das dívidas de curto prazo. Contatou-se também que há deficiência nos mecanismos de arrecadação tributária embora se perceba o aumento da carga tributária. Além disso, observou-se que a situação financeira dos municípios vem melhorando ao longo dos anos.
Onifade et al (2020)	Avaliar os impactos da evolução dos gastos públicos na economia nigeriana.	O estudo foi realizado com base nos dados coletados na República nigeriana, usando dados de séries temporais anuais de 1981 a 2017, cobrindo um período de 37 anos.	Os resultados revelaram que as despesas correntes do governo e a dívida pública têm impactos negativos significativos no crescimento económico, enquanto as despesas capital do governo têm um impacto positivo, mas insignificante, na economia da nação crescimento a longo prazo.
Becerra e Forero (2020)	avaliar a dimensão do Estado num contexto internacional e analisa o comportamento dos gastos públicos na Colômbia durante as duas últimas décadas.	O estudo foi realizado com base nos dados coletados na Colômbia.	Os resultados apontam que, no contexto internacional, as despesas, nos países desenvolvidos, têm sido maiores e que a dimensão do gasto do Estado é maior à medida que aumenta a receita per capita. Além disso, revela que a despesa pública na Colômbia requer uma avaliação, considerando os problemas de eficiência dos gastos e de corrupção na gestão dos recursos públicos.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Os estudos anteriores demonstram cenários diversificados encontrados na execução dos gastos públicos nos entes estaduais e municipais, revelando, então,

ambientes propícios para gastos excessivos ou insuficientes em relação as necessidades da sociedade.

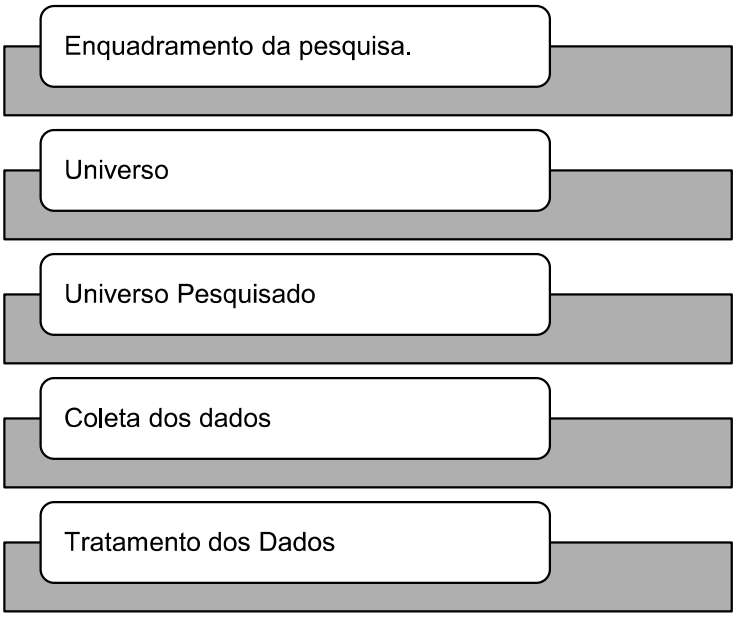
Na próxima seção, detalham-se os procedimentos adotados na metodologia desta pesquisa, visando alcançar o objetivo proposto.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O objetivo da presente pesquisa é investigar o comportamento da execução orçamentária em períodos de crise e prosperidade econômica nos estados brasileiros e no Distrito Federal. Nessa perspectiva, essa seção busca explicitar o enquadramento metodológico da presente pesquisa e delimitar como sua operacionalização será realizada de modo a alcançar o objetivo proposto.

A Figura 1 a seguir ilustra as etapas de realização dessa pesquisa:

Figura 1 - Etapas da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Seguindo a orientação apresentada na figura acima, apresenta-se a seguir o delineamento da operacionalização do presente estudo.

3.1 Enquadramento Metodológico

Uma pesquisa é classificada levando-se consideração os seus objetivos, procedimentos e abordagens do problema a ser investigado (RAUPP; BEUREN, 2013).

Dessa forma, quanto aos seus objetivos, este estudo pode ser classificado com descritivo, uma vez que está restrito à análise de informações já presentes em banco de dados, não sofrendo, por consequência, interferência por parte do

pesquisador (GIL, 2008). Nesta perspectiva, visa tão somente investigar e apresentar os gastos públicos categorizados economicamente e por grupo de natureza e a suas relações a fim de informar as tendências, estrutura e comportamento do universo pesquisado.

Quanto aos procedimentos, o estudo caracteriza-se como documental, uma vez que corresponde a toda informação colhida de forma oral, escrita ou visualizada (RAUPP; BEUREN, 2013). Nesse sentido, o documento objeto de investigação, para este estudo, corresponde aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, disponibilizados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Além disso, é também bibliográfico, visto que se utiliza de artigos, livros, e outros trabalhos elaborado por diversos autores.

Por fim, quanto à abordagem do problema, este estudo é considerado como mista, pois, apesar de não haver o emprego de um instrumento estatístico especifico como base do processo de análise do problema, há o emprego de quantificações e de percentuais para tratamento dos dados (GIL, 2008). Desse modo, foram utilizadas as ferramentas da estatística descritiva, buscando identificar os comportamentos e as tendências dos gastos públicos categorizados economicamente e por grupos de natureza.

O enquadramento metodológico acima reforça as ações executas neste estudo para alcançar os objetivos propostos. Para isso, discute-se na seção seguinte o universo no qual foram executadas as ações dessa pesquisa.

3.2 Universo da Pesquisa

Os objetos de análise do estudo são os gastos categorizados economicamente (correntes e de capital) e os grupos de natureza de cada categoria que constam no RREO de cada Unidade Federativa. Ademais, o universo da pesquisa compreende os 26 estados e o Distrito Federal, abrangendo os exercícios de 2010 a 2018, totalizando 243 observações tal como apontado no Quadro 3.

Quadro 3 - Entes de Compõem o Universo da Pesquisa

Ordem	Unidade Federativa	Sigla	Ordem	Unidade Federativa	Sigla
1	Acre	AC	15	Rio Grande do Norte	RN
2	Amapá	AP	16	Sergipe	SE
3	Amazonas	AM	17	Goiás	GO
4	Pará	PA	18	Mato Grosso	MT
5	Rondônia	RO	19	Mato Grosso do Sul	MS
6	Roraima	RR	20	Distrito Federal	DF
7	Tocantins	TO	21	Espírito Santo	ES
8	Alagoas	AL	22	Minas Gerais	MG
9	Bahia	BA	23	São Paulo	SP
10	Ceará	CE	24	Rio de Janeiro	RJ
11	Maranhão	MA	25	Paraná	PR
12	Paraíba	PB	26	Rio Grande do Sul	RS
13	Pernambuco	PE	27	Santa Catarina	SC
14	Piauí	PI			

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

O universo de Unidades Federativas apresentadas acima tiveram os seus dados orçamentários referentes à execução dos gastos públicos coletados, tratados e analisados, tal como será exposto a seguir.

3.3 Coleta e Tratamento dos Dados

Para a coleta, foi utilizada a base de dados contábeis disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), por meio dos dados contábeis dos Estados – Finanças Brasil (FINBRA). Posteriormente, foi construída uma planilha com suporte da ferramenta Microsoft Excel 2010 para registro, tabulação e análise dos dados encontrados.

O período de análise compreende a lacuna temporal longitudinal delimitada aos exercícios financeiros de 2010 a 2018 (9 anos). Justifica-se a escolha da série por propiciar dois cortes temporais investigados: período de prosperidade econômica (2010 a 2013) e recessão econômica (2014 a 2018). A definição a partir de 2014 como período de crise está pautada nos preceitos descritos na seção introdutória, bem como em pesquisas anteriores que utilizaram o referido critério na definição da amostra de sua investigação, como Barbosa Filho (2017) e Canale (2015).

Esta delimitação também pode ser identificada através dos resultados do PIB Nacional (Produto Interno Bruto) dos respectivos anos, quando no período de 2010 a 2013 o PIB variou entre 7,5% a 1%, enquanto que, após uma forte queda nos ano de 2014 a 2018 a variação de resultado não ultrapassou 1,1% (ADVFN, 2020)

Para cumprimento dos objetivos propostos neste estudo, foram investigadas as categorias econômicas dos gastos públicos (correntes e de capital) e grupos de natureza: pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

Levantado os dados, estes foram inicialmente agregados por categoria econômica de despesa, bem como por seus respectivos grupos, de acordo com as classificações orçamentárias formais determinadas pela Lei n° 4.320/1964 e pela Portaria Interministerial n° 163/2001, conforme esquematizado no Quadro 4.

Quadro 4 - Classificação dos Gastos Públicos por Categoria Econômica e por Grupo de Natureza.

Categorias econômicas	Grupos de Natureza das Despesas
3. Despesas Correntes	1. Pessoal e Encargos Sociais 2. Juros e Encargos da Divida 3. Outras Despesas Correntes
4. Despesas de Capital	4. Investimentos 5. Inversões Financeiras 6. Amortização da Divida

Fonte: adaptado do MTO (2018).

Os valores coletados foram corrigidos pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), permitindo, assim, uma ideia real da evolução do gasto entre 2010 e 2018.

No processo de seleção, tratamento e análise dos gastos realizados pelas Unidades Federativas, no período já delimitado para esta pesquisa, foi levado em consideração o conceito de gasto público.

Para a análise e exploração dos valores encontrados, foi utilizada a estatística descritiva, para a qual foram apresentadas as medidas de valor mínimo, valor máximo, média, mediana e desvio padrão. Estas medidas de dispersão e de tendência central foram utilizadas com intuito de identificar o comportamento da execução orçamentária em períodos de crise e prosperidade econômica nos estados brasileiros e no Distrito Federal, bem como suas variações no período apresentado.

3.4 Indicadores de Execução dos Grupos de Gastos Públicos

A elaboração dos indicadores aplicados nessa pesquisa foi executada com base nos objetivos propostos e tem como operacionalização apontar o montante da participação do gasto categorizado (corrente e de capital) e de cada grupo de natureza do gasto em relação ao total do orçamento empenhado (despesa total empenhada por ano em cada Unidade Federativa).

Sendo assim, foram adotados os seguintes índices: Índice de Execução dos Gastos com Pessoal e Encargos Sociais (**GPES**), Índice de Execução dos Juros e Encargos da Dívida (**JED**), Índice de Execução das Outras Despesas Correntes (**ODC**), Índice de Execução dos Investimentos (**INV**), Índice de Execução das Inversões Financeiras (**INVF**) e Índice de Execução da Amortização da Dívida (**AMORT**), conforme Quadro 5.

Quadro 5 - Indicadores de Execução dos Gastos Públicos por Grupo de Natureza.

Indicador	Relação	Autores
Gastos com Pessoal e Encargos Sociais (GPES)	$\frac{\text{Pessoal e Encargos Sociais}}{\text{Despesas Totais empenhadas}}$	Kohama (2015)
Juros e Encargos da Dívida (JED)	$\frac{\text{Juros e Encargos da Dívida}}{\text{Despesas Totais empenhadas}}$	Kohama (2015)
Outras Despesas Correntes (ODC)	$\frac{\text{Outras Despesas Correntes}}{\text{Despesas Totais empenhadas}}$	Kohama (2015)
Investimentos (INV),	$\frac{\text{Investimentos}}{\text{Despesas Totais empenhadas}}$	Kohama (2015)
Inversões Financeiras(INVF)	$\frac{\text{Inversão Financeira}}{\text{Despesas Totais empenhadas}}$	Kohama (2015)
Amortização da Dívida (AMORT)	$\frac{\text{Amortização da Dívida}}{\text{Despesas Total empenhada}}$	Kohama (2015)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Para o cálculo de cada índice, considera-se a despesa total empenhada e o montante geral do orçamento executado nas Unidades Federativas (UFs). Dessa forma, a partir destes indicadores, serão apresentados a análise dos dados encontrados e seus respectivos resultados.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados e analisados os dados e os resultados da pesquisa no que concerne ao comportamento da execução orçamentária das categorias econômicas e dos grupos de natureza dos gastos públicos em períodos de crise e prosperidade econômica nos estados brasileiros e no Distrito Federal entre os anos de 2010 a 2018, sendo está subdividida em duas subseções, a saber: evolução e estrutura da execução Orçamentária e análise do comportamento dos indicadores dos gastos públicos das unidades federativas.

4.1 Evolução da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos das Unidades Federativas

A Tabela 1 indica a evolução anual dos Gastos Públicos de 2010 a 2018 da soma de todos os estados. A categoria econômica dos gastos correntes evoluiu positivamente em todos os anos investigados, exceto no período de 2015 para 2016 no qual houve uma redução de 5%, mas, nos dois períodos seguintes, considerados de recessão econômica, o crescimento foi de 1% ao ano. Todavia, os gastos de capital, por sua vez, apresentaram um comportamento ondulante ora positivo (para 2012, 2013 e 2018), ora negativo (nos exercícios de 2011 e de 2014 a 2017).

O grupo de gastos com Pessoal e Encargos Sociais se destacou pelo seu crescimento em todos os anos investigados, exceto de 2015 para 2016, com uma redução de 5%. Observa-se que, de 2014 em diante, a inclinação desses gastos foi menos acentuada.

Os gastos com Juros e Encargos da Dívida evoluíram, exceto de 2012 para 2013 e de 2015 para 2016, em que houve reduções de 3% e de 39%. Já o grupo outras despesas correntes apresentou uma variação positiva de 2010 para 2011, mas, nos exercícios seguintes, sobretudo no período de recessão econômica, sofreu sucessivas reduções.

Tabela 1 - Evolução Anual dos Gastos Públicos das Unidades Federativas

GASTOS	2010- 2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
	Δ %	Δ %	Δ %	Δ %	Δ %	Δ %	Δ %	Δ %
CORRENTE	**6**	**5**	**5**	**3**	**2**	**- 5**	**1**	**1**
Pessoal e Encargos Sociais	7	11	14	5	8	- 4	2	2
Juros e Encargos da Dívida	5	8	- 3	3	3	- 39	9	28
Outras Despesas Correntes	5	0	- 4	0	- 5	- 5	- 1	- 2
CAPITAL	**- 13**	**4**	**21**	**- 8**	**- 26**	**- 21**	**- 5**	**2**
Investimentos	- 26	8	21	1	- 38	- 17	7	- 3
Inversões Financeiras	7	- 6	10	- 12	- 37	22	- 21	- 18
Amortização da Dívida	19	0	29	- 22	11	- 39	- 19	26

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

Complementarmente à análise da evolução anual dos gastos públicos (Tabela 1), faz-se necessário analisar o comportamento médio desses nos quatro anos que antecederam a crise econômica e nos cinco anos seguintes, considerados de declínio econômico para os governos estaduais e distrital.

Os dados da Tabela 2 revelam que a média de execução dos gastos correntes, de 2010 para 2018, aumentou em 11%, enquanto que a média de execução dos gastos de capital foi reduzida em 43%. Entre 2010 e 2013, observa-se que ambas categorias de gastos evoluíram, porém, impactadas pela recessão econômica, as duas sofreram redução de 2014 para 2018. Observa-se que, nesse período de estagnação econômica, os gastos correntes apresentaram uma pequena redução, 1%, enquanto que os de capital encolheram em 44%.

Entre os grupos de gastos correntes, verifica-se que de 2010 a 2018, pessoal e encargos sociais evoluíram em 55%, os juros e encargos da dívida e as outras despesas correntes declinaram, respectivamente, em 1% e 13%. Para esses mesmos grupos de gastos, observa-se que, entre 2010 e 2013, pessoal e encargos sociais e os juros e encargos da dívida aumentaram em 35% e 10%, respectivamente, mas as outras despesas correntes não sofreram evolução. Todavia, no cenário de recessão econômica, entre 2014 e 2018, excetuando pessoal e encargos sociais (que aumentaram em 8%), os demais grupos de gastos correntes foram contingenciados e, consequentemente, reduzidos em 13%.

Para os grupos de gastos de capital, constatou-se que os investimentos apresentam variações negativas nos três intervalos de tempo analisados, absorvendo maior impacto, diminuição de 47%, no período de crise econômica (2014 a 2018), contribuindo, por consequência, para um declínio de 43% de 2010 para 2018. As inversões financeiras, após um aumento de 10% de 2010 para 2013, foram os gastos de capital que sofreram maior variação negativa, no período de recessão, 50%.

A execução dos gastos públicos com amortizações da dívida foi elevada em 53% de 2010 para 2013, entretanto, no período de recessão econômica, de 2014 para 2018, a redução sinalizou 31%. Com isso, de 2010 para 2018, a execução orçamentária desses gastos apresentou um encolhimento de 18%.

Tabela 2 - Evolução Encadeada dos Gastos Públicos das Unidades Federativas

GASTOS	**Período Total**	**Prosperidade Econômica**	**Crise Econômica**
	[2010 →2018]	**[2010 → 2013]**	**[2014 → 2018]**
	Δ %	**Δ %**	**Δ %**
CORRENTES	**11**	**16**	**- 1**
Pessoal e Encargos Sociais	55	35	8
Juros e Encargos da Dívida	- 1	10	- 13
Outras Despesas Correntes	- 13	0	- 13
CAPITAL	**- 43**	**10**	**- 44**
Investimentos	- 48	-3	- 47
Inversões Financeiras	- 52	10	- 50
Amortização da Dívida	- 18	53	- 31

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

A seguir, será apresentada a estrutura da execução orçamentária dos gastos públicos nos estados e no Distrito Federal, buscando compreender a representação destes gastos por categoria econômica e grupos de natureza.

4.2 Estrutura da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos nos estados e no distrito federal.

A Tabela 3 apresenta a estrutura da execução orçamentária dos gastos públicos das UFs no período de 2010 a 2018. Os resultados revelam que o montante dos gastos correntes nos estados e Distrito Federal predomina com folga durante os anos investigados, representando mais de 85% da execução orçamentária, nos exercícios de 2010 e 2014, inclinando para mais de 90% de 2015 a 2018. Complementarmente, os Gastos de Capital, por sua vez, comportando-se em um

patamar inferior, representavam menos de 15% em 2010 e, após sucessivos declínios, representou menos de 8% dos gastos públicos executados em 2018.

Dentre os grupos de gastos correntes, cabe destacar que a participação dos gastos com pessoal cresceu de 2010 a 2018, ultrapassando, na estrutura dos gastos correntes, a partir de 2012, a participação das outras despesas correntes que, de um modo geral, declinou na composição total dos gastos públicos. Já os gastos com juros e encargos da dívida têm a menor participação na composição do custeio da máquina pública das UFs, apresentando, entre aumentos e diminuições na sua participação, pequenas oscilações, entre 3,15% a 3,44%, exceto em 2016, que diminuiu para 2,19%.

A composição dos gastos de capital executados, revelados na Tabela 3, mostra que os investimentos, apesar de representarem maior volume de participação, apresentaram, de 2010 a 2018, sucessivas reduções na composição total dos gastos orçamentários, encolhendo de 9,69%, em 2010, para 4,56%, em 2018. As inversões financeiras são o grupo de gastos de menor participação na estrutura dos gastos orçamentários executados. As amortizações da dívida pública o segundo menor grupo de participação no montante dos gastos orçamentários executados, uma vez que, excetuando 2013, os dados revelam uma participação inferior aos 4% nos exercícios de 2010 a 2015, e menor do que 3% nos anos de 2016 a 2018.

Tabela 3 - Estrutura da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos
por Categoria Econômica e Grupos de Natureza dos Entes Federados entre 2010 a 2018

GASTOS	Exercícios Financeiros								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CORRENTES	**85,43**	**87,66**	**87,82**	**86,11**	**87,34**	**90,51**	**91,97**	**92,40**	**92,35**
Pessoal e Encargos Sociais	38,66	40,21	42,51	45,31	47,03	51,39	53,23	54,11	54,63
Juros e Encargos da Dívida	3,31	3,36	3,44	3,15	3,19	3,35	2,19	2,37	2,98
Outras Despesas Correntes	43,46	44,10	41,87	37,66	37,12	35,78	36,55	35,93	34,74
CAPITAL	**14,57**	**12,34**	**12,18**	**13,89**	**12,66**	**9,49**	**8,03**	**7,60**	**7,65**
Investimentos	9,69	6,94	7,17	8,11	8,06	5,04	4,49	4,77	4,56
Inversões Financeiras	1,84	1,90	1,70	1,76	1,52	0,97	1,27	1,00	0,81
Amortização da Dívida	3,04	3,50	3,32	4,02	3,08	3,47	2,27	1,83	2,28
TOTAL	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

Nota-se que, na composição da execução orçamentária, os gastos correntes superam com folga os gastos de capital em todos os anos verificados (Tabela 3).

A Tabela 4 abaixo evidencia a estrutura da execução orçamentária dos Gastos Públicos dos estados e do Distrito Federal no período de 2010 a 2018, e entre os períodos de prosperidade econômica (2010 a 2013) e de recessão econômica (2014 a 2018).

Reforçando o que foi evidenciando em cada exercício, na Tabela 4, os resultados revelam que o montante dos gastos correntes executados entre 2010 e 2018 representou mais de 89% do total dos gastos executados, sobrando, para os gastos de capital, uma participação de pouco menos de 11%. Considerando o período de prosperidade econômica (2010 a 2013), o quadro participativo dos gastos correntes foi de aproximadamente 87% e os de capital, um pouco mais de 13%. Entretanto, no período de recessão econômica (2014 a 2018), o somatório dos gastos correntes representou 90,85% da execução orçamentária e os gastos de capital, complementando, com uma participação de 9,15%.

Para os grupos de gastos correntes, os dados mostram que o somatório dos gastos executados com pessoal apresenta maior participação nos três intervalos de tempo analisados, tanto entre 2010 a 2018, quanto de 2010 a 2013 e, mais ainda, no período de crise econômica, de 2014 a 2018, alcançando quase 52% do total de gastos orçamentários.

Os gastos orçamentários com juros e encargos da dívida mantiveram-se acima dos 3% de 2010 a 2018 e de 2010 a 2013. Contudo, no período seguinte, esses gastos correntes diminuíram para uma representatividade menor que 3%. As outras despesas correntes corresponderam a 38,47% do total dos gastos orçamentários executados no período integral. Considerando apenas o período de prosperidade econômica (2010 a 2013), esses gastos foram de 41,65%, declinando, entre 2014 e 2014, para pouco mais de 36% dos gastos executados.

Os três grupos de gastos de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida) tiveram a participação reduzida do período de prosperidade econômica para o de crise econômica, comportando-se, respectivamente, em 13,24% e 9,15%.

Tabela 4 - Estrutura da Execução Orçamentária
dos Gastos Públicos dos estados e do Distrito Federal

Gastos	Período Total	Prosperidade Econômica	Crise Econômica
	2010-2018	2010-2013	2014-2018
CORRENTE	**89,08**	**86,76**	**90,85**
Pessoal e Encargos Sociais	47,57	41,81	51,99
Juros e Encargos da Dívida	3,04	3,31	2,83
Outras Despesas Correntes	38,47	41,65	36,03
CAPITAL	**10,92**	**13,24**	**9,15**
Investimentos	6,52	7,96	5,42
Inversões Financeiras	1,41	1,80	1,12
Amortização da Dívida	2,99	3,49	2,61
TOTAL	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

Após compreender a estrutura da execução orçamentária dos gastos, a próxima seção apresentará a análise do comportamento dos indicadores de acordo com o modelo proposto por Kohama (2015), utilizando o valor médio, valor máximo, média, mediana e desvio padrão

4.3 Análise do comportamento dos Indicadores de Execução Orçamentária dos Gastos Públicos nas Unidades Federativas.

Para subsidiar a análise do comportamento dos índices de execução dos gastos públicos dos estados e do Distrito Federal, as tabelas 5 a 10 apresentam a estatística descritiva dos grupos de natureza dos gastos públicos.

A Tabela 5 exibe um resumo estatístico-descritivo do índice de execução orçamentária dos gastos com pessoal e encargos sociais. Observa-se que, para o período de 2010 a 2018, a média de execução desse índice está distribuída em torno de 0,55, coincidindo com a mediana, e com uma baixa dispersão (dp $\pm$ 0,09).

Considerando o período de prosperidade econômica, a média de execução dos gastos com pessoal e encargos sociais foi de 0,54, bem próxima da mediana de 0,55, e com uma dispersão de dados (dp $\pm$ 0,09). Todavia, para o cenário de crise econômica, analisado entre 2014 e 2018, a média do índice de execução dos gastos com pessoal e encargos sociais aumentou para 0,62, comportando-se também próxima da mediana e com dispersão de dados (dp $\pm$ 0,08).

Tabela 5 - Execução dos Gastos com Pessoal e Encargos Sociais (GPES) das UFs

	Período Total [2010 – 2018]	Prosperidade Econômica [2010 – 2013]	Crise Econômica [2014 – 2018]
Média	0,58	0,54	0,62
Mediana	0,58	0,55	0,63
Desvio Padrão (dp)	0,09	0,09	0,08
Mínimo	0,29	0,29	0,32
Máximo	0,81	0,70	0,81

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020

A média do índice de execução orçamentária dos juros e encargos da dívida, conforme expressos na tabela 6, para as três situações analisadas, está distribuída em torno de 0,03, bem próximo da mediana, e com uma dispersão (dp $\pm$ 0,02), para os períodos integral e de prosperidade econômica, e (dp $\pm$ 0,01), no período de crise econômica.

Tabela 6 - Execução dos Gastos com Juros e Encargos da Dívida (JED)

	Período Total [2010 - 2018]	Prosperidade Econômica [2010 - 2013]	Crise Econômica [2014 - 2018]
Média	0,03	0,03	0,03
Mediana	0,02	0,02	0,02
Desvio Padrão (dp)	0,02	0,02	0,01
Mínimo	0,00	0,00	0,00
Máximo	0,11	0,11	0,07

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

A Tabela 7 exibe a estatística descritiva do índice de execução orçamentária dos gastos do grupo outras despesas correntes. Observa-se que, para esse grupo de ações orçamentárias que incluem aquisição de material de consumo, despesas com vale-alimentação, contribuições, dentre outros, a média de execução, entre 2010 e 2018, comporta-se em torno de 0,39, e com uma dispersão (dp $\pm$ 0,09).

Para o período de prosperidade econômica, a média de execução do índice de execução orçamentária dos gastos com outras despesas correntes foi de 0,43, coincidindo com a mediana, e uma dispersão de dados (dp $\pm$ 0,09). Todavia, para o cenário de crise econômica, entre 2014 e 2018, a média do índice de execução dos gastos com outras despesas correntes diminuiu para 0,36, comportando-se próxima da mediana e com dispersão de dados (dp $\pm$ 0,08).

Tabela 7 - Execução dos Gastos com Outras Despesas Correntes (ODC)

	Período Total [2010 - 2018]	Prosperidade Econômica [2010 - 2013]	Crise Econômica [2014 - 2018]
Média	0,39	0,43	0,36
Mediana	0,40	0,43	0,35
Desvio Padrão (dp)	0,09	0,09	0,08
Mínimo	0,18	0,27	0,18
Máximo	0,67	0,67	0,63

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

A média do índice de execução orçamentária dos gastos com investimentos, conforme expressos na tabela 8, para as três situações analisadas, está distribuída em torno de 0,63, bem próximo e abaixo da mediana. A dispersão dos dados, entre 2010 e 2018, foi (dp $\pm$ 0,15) e, no período de prosperidade econômica, (dp $\pm$ 0,15) e (dp $\pm$ 0,01), no período de crise econômica.

Tabela 8 - Execução dos Gastos com Investimentos (INVEST)

	Período Total [2010 - 2018]	Prosperidade Econômica [2010 - 2013]	Crise Econômica [2014 - 2018]
Média	0,63	0,63	0,63
Mediana	0,65	0,66	0,65
Desvio Padrão (dp)	0,15	0,17	0,13
Mínimo	0,19	0,19	0,23
Máximo	1,00	1,00	0,87

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

O índice de execução orçamentária dos gastos com inversões financeiras, para o período de 2010 a 2018, apresenta média em torno de 0,09, acima da mediana de 0,05, e com uma dispersão (dp $\pm$ 0,11). Para o período de prosperidade econômica, a média de execução do índice dos gastos com inversões financeiras foi de 0,11, acima da mediana de 0,07, e uma dispersão de dados (dp $\pm$ 0,12). Todavia, para o cenário de crise econômica, entre 2014 e 2018, a média do índice de execução dos gastos com inversões financeiras diminuiu para 0,09, comportando-se acima da mediana e com dispersão de dados (dp $\pm$ 0,10) (Tabela 9).

Tabela 9 - Execução dos Gastos com Inversões Financeiras (INVFIN)

	Período Total [2010 - 2018]	Prosperidade Econômica [2010 - 2013]	Crise Econômica [2014 - 2018]
Média	0,09	0,11	0,09
Mediana	0,05	0,07	0,05
Desvio Padrão (dp)	0,11	0,12	0,10
Mínimo	0,00	0,00	0,00
Máximo	0,58	0,58	0,49

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

O índice de execução orçamentária dos gastos com amortização da dívida, para o período de 2010 a 2018, apresenta média em torno de 0,28, abaixo da mediana de 0,26, e com uma dispersão (dp $\pm$ 0,14). Para o período de prosperidade econômica, a média de execução do índice dos gastos com amortização da dívida foi de 0,27, acima da mediana de 0,25, e uma dispersão de dados (dp $\pm$ 0,15). Todavia, para o cenário de crise econômica, entre 2014 e 2018, a média do índice de execução dos gastos com amortização da dívida aumentou para 0,29, comportando-se acima da mediana de 0,27 e com dispersão de dados (dp $\pm$ 0,13) (Tabela 10).

Tabela 10 - Execução dos Gastos com Amortização da Dívida (AMORTDIV)

	Período Total [2010 - 2018]	Prosperidade Econômica [2010 - 2013]	Crise Econômica [2014 - 2018]
Média	0,28	0,27	0,29
Mediana	0,26	0,25	0,27
Desvio Padrão	0,14	0,15	0,13
Mínimo	0,00	0,00	0,08
Máximo	0,80	0,80	0,72

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

De um modo geral, os resultados mostram que as duas categorias econômicas de gastos (corrente e de capital) foram impactada no cenário da crise econômica, tanto em valores absolutos quanto relativos, bem como na estrutura (composição) e evolução. Nesse contexto, excluem-se os gastos com pessoal e encargos sociais que, em ambos cenários analisados, sofreram aumentos, exceto entre 2015 e 2016.

Em face do exposto, a próxima seção apresenta as considerações sobre este estudo, bem como as limitações e sugestões indicadas para próximos estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresentou como objetivo principal investigar o comportamento da Execução Orçamentária dos Gastos Públicos em Períodos de Crise e Prosperidade Econômica nos Estados Brasileiros e Distrito Federal entre os anos de 2020 a 2018 que integram os períodos de prosperidade (2010 a 2013) e de crise econômica (2014 a 2018) no país.

Para alcançar os propósitos deste estudo, a análise realizou-se nos 26 estados e no Distrito Federal, por meio de coleta de dados das duas categorias econômicas de gastos, corrente e capital, bem como dos seus respectivos grupos de natureza.

Em virtude dos aspectos apresentados, pode-se considerar que os gastos com despesas correntes são os gastos mais executados em todo o período pesquisado, assumindo uma participação crescente tanto nos anos de prosperidade quanto nos anos de recessão econômica, reforçando um dos objetivos do governo que é atender a manutenção da administração e dos serviços públicos.

De modo oposto, os gastos de capital apresentaram tímida participação na composição dos gastos orçamentários executados, diminuindo ao longo do período analisado os seus valores, principalmente durante o período de declínio econômico, a partir de 2014, contexto que pode ser explicado pelo contingenciamento dos gastos verificado no período.

Para os seis grupos de natureza dos gastos públicos, constatou-se que a maior concentração de gastos foi com pessoal e encargos sociais, incluindo pessoal ativo, inativo e pensionistas, contribuindo para elevar os gastos correntes. Esse cenário evolutivo foi observado em todos os períodos, inclusive no período de crise, o que contraria a mobilização do governo pelo aumento do contingenciamento nos gastos públicos enfatizado no período. No entanto, os gastos com outras despesas correntes, segundo maior grupo de gastos, diminuíram entre 2014 a 2018, mitigando assim a manutenção da máquina pública nesse período.

Nessa conjuntura, os gastos com investimentos também declinaram, acompanhando e evidenciando a insuficiente preocupação do governo com execução de novas obras públicas destinadas às necessidades da sociedade e aquisição de bens de capital.

Os resultados desta pesquisa limitam-se a análise dos gastos públicos categorizados economicamente e por grupo de natureza no âmbito dos 27 entes federados no 2010 a 2018.

Tendo em vista os aspectos observados a despeito do comportamento dos gastos públicos, a discussão trazida neste estudo contribui e reforça a necessidade de compreender a dinâmica da aplicação dos recursos arrecadados pelo governo, bem como os respectivos direcionamentos da execução desses nas políticas públicas de saúde, educação, segurança, entre outras, consideradas essenciais à população.

Considerando a relevância da informação pertinente à execução dos gastos públicos que obedecem a um ciclo orçamentário contínuo, depreende-se que os resultados desta pesquisa são ineuxauríveis e, por isso, ampara e motiva a inclinação de estudos futuros no sentido de busca de novos conhecimentos em relação à execução dos gastos orçamentários executados não somente nos entes federados, mas também nos governos locais, investigando, portanto, outras classificações orçamentárias. Além disso, a inclusão de dados geográficos e econômicos como a população e o PIB per capita contribuirão para compreender a paridade ou não da utilização dos gastos públicos por indivíduo.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando Luiz. LOUREIRO, Maria Rita. **Finanças públicas, democracia e accountability.** In: ARVATE, Paulo Roberto. BIDERMAN, Ciro. *Economia do Setor Público no Brasil*, p. 75-102. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

ADFV (Advanced Financial Network). **Produto Interno Bruto.** Disponível em < https://br.advfn.com/indicadores/pib>. Acesso em 06 maio 2020.

ANGELICO, João. **Contabilidade Pública**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BAQUERO, Fernando Soto; ROCHA, Józimo Santos; ÓRTEGA, Jorge. Desarrollo rural en los países de América Latina y el Caribe: el rol de las políticas Públicas, In **Políticas Públicas y Desarrollo en América Latina y el Caribe:** el papel del gasto público (1ª ed.), Santiago do Chile. 2006.

BARBOSA, Lúcio Otávio Seixas et al. Ideologia partidária e crise fiscal dos estados: o caso de Minas Gerais. **Nova Economia**, v. 29, n. 2, p. 487-513, 2019.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.

BECERRA, Ligia Alba Melo; FORERO, Jorge Enrique Ramos. El gasto público en Colombia: comparaciones internacionales, evolución y estructura. **Revista de Economía Institucional**, v. 22, n. 42, p. 211 239-211 239, 2020.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao Setor Público.** 2ª edição. Ed. Atlas, 2013.

BRASIL. **Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em <www.planalto.gob.br>. Acesso em 15 maio 2020.

BRASIL. **Secretaria de Orçamento Federal. Manual Técnico de Orçamento MTO.** Versão 2019. Brasília, 2018.

BUENO, Wellington; OLIANA, Fernando; BORINELLI, Benilson. O estudo do gasto público em meio ambiente. **Economia & Região**, v. 1, n. 1, p. 118-133, 2013.

BURKHEAD, Jesse. **Orçamento público.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

CANALE, Rosaria Rita. Fluxos de capital, rendimentos de títulos de longo prazo e orientação fiscal: o trilema da política da zona do euro. **Revista Econômica Portuguesa.** v. 14, n. 1-3, p. 31-44, 2015.

CASTRO, José Roberto; ALMEIDA, Rodolfo. **Nexo Jornal**. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/12/31/As-contas-dos-27-estados-brasileiros-em-gr%C3%A1ficos>. Acesso em: 18 fev. 2020.

CARAM, Bernardo. **Folha de São Paulo. 2019.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/gastos-crescem-mais-que-arrecadacao-em-14-estados-e-no-df.shtml>. Acesso em: 18 fev. 2020.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e Contabilidade Pública.** 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2014.

CONTI, José Maurício. **Orçamento Público – Lei 4.320/1964 Comentada.** Thomson Reuters. Revista dos Tribunais. 4ª Edição, 2014.

DANTAS, Marina Kolland et al. Análise dos gastos públicos com gestão ambiental no Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 8, n. 3, p. 52-68, 2014.

DAROSI, Gilberto Carlos Monteiro; BORGERT, Altair. **O Comportamento da Natureza da Despesa Pública na Execução Financeira do Instituto Federal Catarinense – Campus Sombrio: um Estudo no Período de 2008 a 2010.** [S.l.]: Academia.edu. 2014. Disponível em: <https://unisul.academia.edu/GilbertoCarlosMonteiroDarosi>. Acesso em: 10 out. 2019.

DIVINO, J. A.; SILVA JUNIOR, R. L. S. Composição dos gastos públicos e crescimento econômico dos municípios brasileiros. **Economia**, v. 13, n. 3, p. 507-528, 2012.

GIACOMONI, J. **Orçamento Governamental: teoria, sistema, processo.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 8 reimpr. São Paulo: Atlas, v. 201, 2008.

GOMES, Emerson Cesar da Silva. **O Direito dos Gastos Públicos no Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Almedina, 2015.

GOMES, José Mauro. **A Definição do Gasto Público: aspectos institucionais e a disputa política.** São Paulo: EAESP/FGV, 1999. 1xxp. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Pós Graduação da AESP/FGV, Área de Concentração: Planejamento de Finanças Públicas. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5372/1199901381.pdf>. Acesso em 06 abr 2020.

HOLANDA, Antônio Nilson Craveiro. **Aspectos políticos e econômicos das receitas e dos gastos públicos no Brasil.** [S.l.]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 1993. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2472 >. Acesso em: 15 out. 2019.

HOU, Yilin; SMITH, Daniel L. A framework for understanding state balanced budget requirement systems: Reexamining distinctive features and an operational definition. **Public Budgeting & Finance**, v. 26, n. 3, p. 22-45, 2006.

KOHAMA, Helio. **Balanços Públicos: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, José Eduardo. **Qualidade e Satisfação no Serviço Público: Pesquisa de Satisfação de Usuário.** 2007. 40 f. Trabalho de conclusão (Especialização em Pesquisa de Mercado em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pospesquisa/monografias/jose%20eduardo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

ONIFADE, Stephen Taiwo et al. An empirical retrospect of the impacts of government expenditures on economic growth: new evidence from the Nigerian economy. **Journal of Economic Structures**, v. 9, n. 1, p. 6, 2020.

PEREIRA, Victor; JACINTO, Lucivania. Análise das Despesas Públicas Correntes no Âmbito do Governo do Estado da Paraíba. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 10, n. 2, p. 26-42, 2016.

POTERBA, James M. Balanced budget rules and fiscal policy: Evidence from the states. **National Tax Journal**, v. 48, n. 3, p. 329-336, 1995.

Portaria Interministerial n° 163 de 4 de maio de 2001. Disponíel em: https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/14102014_Portaria_interministerial_16 32001.pdf Acesso em 20 jun 2020.

PRUDLIK, Amanda. **Alocação Dos Gastos Públicos Nos Estados Brasileiros: Uma Análise do Impacto da LRF**. 2016. 34 f. Trabalho de conclusão (Graduação em Ciências Econômicas) - Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016. Disponível em: < https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46170>. Acesso em 20 out. 2019.

QUEIROZ, Dimas Barrêto de. **Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais: um estudo nos municípios brasileiros**. 2015. 132 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis)—Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

REIS, E. **Estatística descritiva**. 7ª edição. Lisboa: Editora Sílabo, 1996.

RUBIN, Irene. The state of state budget research. **Public Budgeting & Finance**, v. 25, n. 4s, p. 46-67, 2005.

REZENDE, Flávio. **Finanças Públicas.** 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHICK, Allen. The role of fiscal rules in budgeting. **OECD Journal on Budgeting**, v. 3, n. 3, p. 7-34, 2003.

ROCHA, Fabiana; GIUBERTI, Ana Carolina. Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. **Economia Aplicada**, v. 11, n. 4, p. 463-485, 2007.

SCHUNK, Donald; WOODWARD, Douglas. Spending stabilization rules: A solution to recurring state budget crises?. **Public Budgeting & Finance**, v. 25, n. 4, p. 105-124, 2005.

TEIXEIRA, Alex Fabiane. **Gestão de Recursos.** Módulo 5. Brasília: ENAP-DDG, 2013.

ZUCCOLOTTO, Robson; DE PAIVA RIBEIRO, Clarice Pereira; ABRANTES, Luiz Antônio. O comportamento das finanças públicas municipais nas capitais dos estados brasileiros. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2008.